

ETNOCONSERVAÇÃO URBANA: UMA ABORDAGEM BASEADA EM VALORES PARA A GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL CARIOCA

URBAN ETHNOCONSERVATION: VALUES IN THE MANAGEMENT OF THE CARIOCA CULTURAL LANDSCAPE



Alda de Azevedo Ferreira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil

alda.azevedo@hotmail.com

1

Resumo

Em 2012, o sítio da Cidade do Rio de Janeiro recebeu da UNESCO o título de Patrimônio da Humanidade, como Paisagem Cultural, tornando-se assim o primeiro no mundo nesta categoria situado no meio urbano. Entende-se que novos procedimentos para a gestão da conservação são necessários a fim de contemplar sua complexidade. Desta forma, foi desenvolvida a abordagem da etnoconservação urbana, baseada na compreensão das relações socioculturais de apropriação das comunidades que vivenciam o espaço protegido, a fim de proporcionar o uso sustentável e a conservação do significado cultural do lugar. Objetiva-se, portanto, desenvolver diretrizes para a etnoconservação urbana da Paisagem Cultural Carioca, a partir de perspectiva integrada e sustentável. Funda-se no modelo de gestão da conservação baseada em valores e a metodologia é apoiada na compreensão das ambiências urbanas, a fim de apreender os valores sociais atribuídos pelos grupos de interesse, e, conseqüentemente, a significância cultural do sítio. A relevância está em colaborar para políticas patrimoniais comprometidas em reter o significado cultural de sítios patrimoniais, gerar benefícios econômicos, culturais, ambientais e sociais para a cidade, com vistas à preservação do Valor Universal Excepcional.

Palavras-chave: Gestão da Conservação. Etnoconservação urbana. Ambiências urbanas.

Abstract

In 2012, the site of the City of Rio de Janeiro received the title of Heritage of Humanity by UNESCO, as Cultural Landscape, thus becoming the first in the world in this category located in urban areas. It is understood that new procedures for conservation management are needed to address its complexity. Thus, the urban ethnoconservation approach was developed, based on the understanding of the sociocultural relations of appropriation of the communities that experience the protected space, to provide sustainable use and the conservation of the cultural meaning of the place. The objective is, therefore, to develop guidelines for the urban ethnoconservation of the Carioca Cultural Landscape, from an integrated and sustainable perspective. It is based on a value-based conservation management model and the methodology is supported by the understanding of urban environments, to apprehend the social values attributed by the interest groups, and, consequently, the cultural significance of the site. The relevance lies in collaborating with heritage policies committed to retaining the cultural meaning of heritage sites, generating economic, cultural, environmental and social benefits for the city, with a view to preserving the Outstanding Universal Value.

Keywords: Conservation Management. Urban ethnoconservation. Urban ambiances.

Introdução

Em 2012, o sítio da Cidade do Rio de Janeiro recebeu o título de Patrimônio da Humanidade, na categoria Paisagem Cultural, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). O Sítio Nomeado compreende a área onde se situa o Parque Nacional da Tijuca, o Jardim Botânico, o Morro do Corcovado e Pão de Açúcar, as colinas ao redor da Baía de Guanabara, e as extensas paisagens projetadas ao longo da Baía de Copacabana e Praia de Copacabana. A cidade e suas complexidades estão situadas na Zona de Amortecimento (Figura 1).

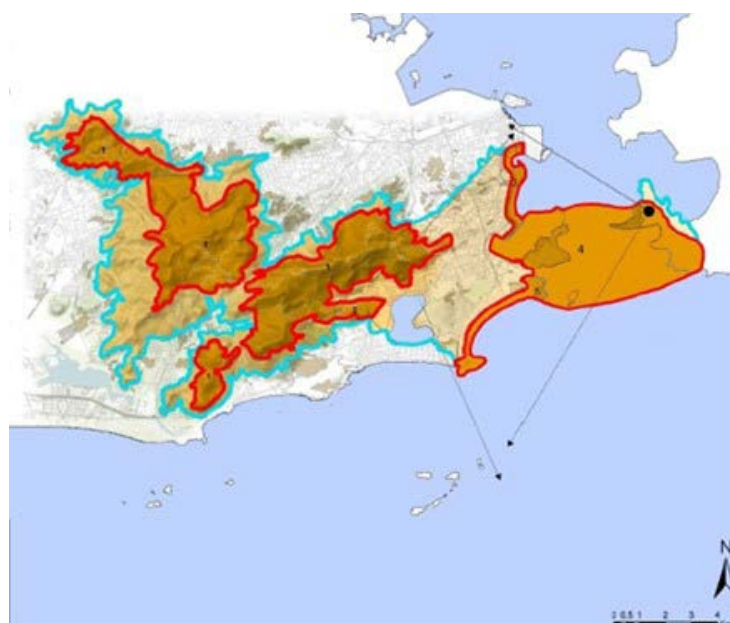


Figura 1- : Sítio da Paisagem Cultural Carioca
Fonte: : IPHAN (2012).

Descrição da Imagem: Os limites em vermelho correspondem ao sítio nomeado, e em azul à Zona de Amortecimento.

Com a atribuição do Valor Universal Excepcional - VUE, o Sítio da Cidade do Rio de Janeiro tornou-se o primeiro situado no meio urbano na categoria da Paisagem Cultural da UNESCO. Tal distinção também reflete os desafios a serem enfrentados, pois, entre outras peculiaridades, trata-se de áreas relativamente separadas e com características próprias, mas que solicitam uma abordagem integrada a nortear as diretrizes de sua gestão da conservação. Além disso, dentre outros encaminhamentos,

é preciso agregar a participação social no processo de decisões como um todo, com a finalidade de promover a sustentabilidade destes procedimentos.

Conservação, conforme Jukka Jokilehto (2002), é compreendida como um termo geral relacionado com a proteção do patrimônio cultural e natural, e com a ação de evitar sua decadência, cujos balanços e natureza específicos dependem da fusão das partes com que foram compostos, abarcando atividades humanas, edificações, organização espacial e arredores. Para Bernard Feilden (2004), conservação está relacionada a todos os atos que prolonguem a vida do patrimônio cultural e natural, e como tal, configura-se como um processo de gestão dinâmica.

Assim, desenvolveu-se a abordagem denominada etnoconservação urbana, como procedimento de gestão baseada na compreensão das relações de apropriação dos grupos socioculturais que vivenciam o espaço protegido, a fim de proporcionar o uso sustentável e a conservação do significado cultural do lugar. Para tanto, considera-se o julgamento subjetivo e intersubjetivo dos grupos de interesse em relação ao bem patrimonial a fim de apreender o significado cultural e os valores atribuídos ao bem cultural (FERREIRA, 2020).

Tem-se como objetivo deste estudo refletir acerca de diretrizes para a etnoconservação urbana da Paisagem Cultural Carioca, a partir de perspectiva integrada e sustentável. Para tanto, o presente estudo, que ainda está em fase de desenvolvimento, baseia-se numa adaptação dos pressupostos definidos pelo arquiteto australiano James Semple Kerr (2013), que afirma que o principal objetivo da prática de conservação é manter os valores do patrimônio, bem como os significados que lhes são atribuídos.

Conservação baseada em valores

As ideias mais recentes no campo do patrimônio acerca dos objetivos da conservação são as estabelecidas na Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972) e na Carta de Burra (ICOMOS, 2013). A

Carta ICOMOS da Austrália para a Conservação de Lugares de Significância Cultural, ou Carta de Burra, definiu que o objetivo da conservação é a retenção da significância do sítio patrimonial, e que esta é baseada nos valores a ele atribuídos (ICOMOS, 2013).

Com isso, a referida Carta abriu a revisão das teorias de conservação do patrimônio cultural, quando definiu conservação como “[...] todos os processos de cuidar de um lugar de modo a conservar o seu significado cultural”, e associou o significado à interpretação de “[...] indivíduos ou grupos diferentes” (ICOMOS, 2013, p.2). Desta forma, ela compila a noção de significado como questão central da preservação do patrimônio, como também define o processo para a conservação baseada na significância.

Assim, compactua-se com o modelo de gestão da conservação, inicialmente definido por James Semple Kerr (2013), e aprofundado ao longo do tempo. Admite-se que o principal objetivo da prática de conservação é manter os valores do patrimônio, bem como os significados que lhes são atribuídos. Trata-se, portanto, da linha de pensamento que se fundamenta através da apreensão da atribuição de valores pelos stakeholders, ou grupos de interesse, como reflete Kate Clark (2014). Ela descreve que, nesta corrente, a gestão patrimonial é baseada numa mudança intelectual do processo de tomada de decisões, que vai da experiência individual do especialista para um procedimento mais transparente de análise e diagnóstico. Em última análise, a gestão baseada em valores é mais do que um processo; é uma maneira diferente de pensar sobre herança cultural.

Todavia, apesar dos avanços incorporados na Carta de Burra, segundo Teutonico (2019), os processos formais para avaliação e conservação do patrimônio com base em valores ainda não são predominantes no mundo. Os estudos econômicos do patrimônio, assim como questões sobre os benefícios sociais e seus valores na conservação do patrimônio passaram a surgir a partir do final do século XX. Em contraponto, aqueles que trabalham com a conservação baseada em valores compreendem que, quando a variedade de valores em jogo para um lugar é bem

compreendida e adotada na tomada de decisões em todos os níveis, esta linha de pensamento é bastante eficaz e relevante (AVRAMI; MASON, 2018).

As decisões baseadas em valores permeiam os processos típicos de conservação, desde a identificação dos locais a serem protegidos, às decisões contínuas sobre a conservação e gestão dos sítios, à justificativa da relevância da conservação do patrimônio como forma de política pública, à avaliação dos efeitos das políticas a longo prazo na sociedade e o meio ambiente. Frequentemente, na prática, os profissionais do patrimônio estão equilibrando os fundamentos de política, como a promoção do bem-estar público e a geração de receita do turismo, e as prioridades imediatas de conservação e gestão no local, como a retenção dos aspectos significativos de um determinado edifício ou local e acomodando suas funções práticas servindo proprietários, ocupantes ou visitantes. Essas decisões, no entanto, não são divorciadas umas das outras (AVRAMI et al, 2018).

6 Neste sentido, os pesquisadores Avrami e Mason (2018), consideram que, há bastante tempo, os valores sustentam os conceitos do patrimônio e sua conservação nos ambiente construído, e distinguem dois tipos: os patrimoniais e os sociais. Eles assim descrevem:

Uma análise das tendências em evolução e questões emergentes sugere que o campo contemporâneo é caracterizado por duas perspectivas distintas e complementares: uma centrada nos valores patrimoniais (associada às tradições curatoriais e materialistas da prática conservacionista) e a outra nos valores sociais (focada na economia, usos políticos, sociais e ambientais do patrimônio)

(AVRAMI; MASON, 2018, p.9). [Texto traduzido]

Em outras palavras, os valores patrimoniais estão relacionados às narrativas históricas, artísticas, estéticas e científicas, que formam a base do próprio campo da conservação, associadas às tradições curatoriais e materialistas desta prática. Já os valores sociais estão concentrados nos usos e funções dos bens culturais, apreendidos a partir de processos da sociedade, que podem estar relacionados ao desenvolvimento econômico, ao conflito ou reconciliação política, questões de justiça social e direitos civis, degradação e conservação ambiental, dentre outros (AVRAMI; MASON, 2018).

Há ainda pesquisadores, como Wijesuriya, Thompson e Young (2013), que diferenciam estes valores em essenciais e instrumentais. Nesta caracterização, os primeiros se aproximam dos patrimoniais, e estão no cerne central da prática da conservação, e os instrumentais se destinam a produzir resultados não diretamente relacionados ao campo.

Assume-se, portanto, que ora valores patrimoniais e sociais, ora essenciais e instrumentais, são complementares e cumulativos. A distinção é caracterizada, principalmente, pelos resultados: a perspectiva do valor patrimonial tem foco na conservação material como um fim em si mesma; e a perspectiva do valor social compreende o patrimônio como um meio para se atingir fins sociais (AVRAMI; MASON, 2018).

De maneira geral, aqueles que trabalham com a conservação baseada em valores compreendem que, no âmbito da conservação quando a variedade de valores de um lugar está em jogo, a mediação entre eles precisa ser bem compreendida e adotada na tomada de decisões no âmbito da gestão, onde esta linha de pensamento é mais eficaz e relevante. Portanto, de acordo com estas observações, foram adotados os procedimentos experienciados na linha de pensamento da conservação baseada em valores nesta pesquisa, a partir dos quais estão sendo definidos os pressupostos teórico-metodológicos da Etnoconservação Urbana.

Perspectivas para a etnoconservação urbana da Paisagem Cultural Carioca

Paisagem Cultural é uma categoria singular do espaço social que caracteriza a relação entre sociedade em seu vínculo ao meio natural, e engloba o conjunto de atributos tangíveis (móveis e imóveis, natural e construído), e intangíveis (saberes, celebrações, formas de expressão e lugares), que distinguem o lugar. Esta interdependência mútua criou paisagens, que evidenciam e identificam os modos de vida de diferentes culturas, na forma como lidam com os valores naturais.

A Unesco concedeu o VUE à Paisagem Cultural Carioca baseada nos critérios V e VI das Diretrizes Operacionais (UNESCO, 2012). Segundo Ferreira (2018), conforme o critério V, um dos atributos do sítio é a distinção de sua cultura paisagística, que se materializa em seus espaços paisagísticos. A cultura paisagística, ainda conforme Ferreira (2018), corresponde às práticas e representações culturais, histórica e geograficamente definidas, relacionadas ao meio ambiente. Pode ser identificada com o modo de vida de determinados grupos socioculturais e vivenciada através de suas crenças, hábitos, costumes, conhecimentos. Tal traço cultural pode ser observado nas práticas paisagísticas e seus saberes, bem como nos hábitos e costumes de vivenciar, especialmente, os espaços paisagísticos.

Como espaço paisagístico entende-se a porção do território modificado, concebido e construído, com a finalidade de qualificar e agregar valor à configuração dos espaços livres. Correspondem aos jardins, praças, parques, passeios, pátios, largos, cemitérios, bordas d'água, dentre outros, podendo ser de caráter público ou privado (FERREIRA, 2018) (Figura 2).

8



Figura 2 - Parque do Flamengo
Foto: Alda Ferreira, 2012.

Compreende-se, portanto, que a cultura paisagística é um dos componentes chaves da Paisagem Cultural Carioca, que se realiza, dentre outros, através de seus espaços paisagísticos. Desta forma, sabendo que é necessário preservar os aspectos que justificam a atribuição do VUE pela Unesco, torna-se imperativa a conservação de seus espaços paisagísticos, bem como, a salvaguarda dos saberes construídos, a fim de possibilitar a perpetuação da cultura paisagística que distingue o sítio para as futuras gerações.

A partir deste raciocínio, chegou-se à perspectiva de construção da abordagem da etnoconservação. Tal reflexão remete aos estudos de Balick e Cox, nos anos 1950, acerca da utilização da vegetação por comunidades indígenas, que foi ponto de partida para pesquisas posteriores procurarem vínculos entre a conservação e o manejo dos recursos naturais por populações tradicionais. Assim, fundado em metodologias das etnociências, a discussão sobre etnoconservação tem sido amadurecida no âmbito do patrimônio natural, com a finalidade de possibilitar o manejo dos recursos aliado aos saberes tradicionais, no intento de proporcionar a conservação da natureza (DIEGUES, 2000).

No patrimônio cultural, define-se etnoconservação urbana como uma abordagem com o objetivo de promover o entendimento do uso social dos organismos e ecossistemas, nas formas como este constrói, representa e manipula a natureza. Para tanto, é necessária a apreensão dos modos de vida, das relações sócio-históricas e culturais da população que vivencia o espaço protegido, a fim de proporcionar seu uso sustentável e a preservação da identidade do lugar.

Na paisagem urbana, as relações sociais são de suma importância nas dinâmicas integradas, a fim de promover a vitalidade do ecossistema urbano. Tais relações fazem parte de um sistema complexo e inter-relacionado do ambiente construído, que influencia e são influenciadas pelo seu caráter, e não se restringem a análises e divisões meramente cartesianas.

Admite-se assim que é preciso pensar holisticamente na gestão da conservação da paisagem considerando os processos naturais e sociais. Para tanto, é a partir

da análise das vulnerabilidades do sítio, e da inclusão da participação social, que se pode realmente compreender a complexidade ecológica do lugar, e agir em sua conservação, a fim de promover sua vitalidade e produtividade.

Cristiane Duarte (2015), ao refletir sobre o vínculo dos habitantes no espaço, considera que é necessário estimular a dimensão afetiva, subjetiva e intersubjetiva, com o lugar, e ter como uma de suas premissas a qualidade de vida das comunidades/grupos sociais. Para esta apreensão, a noção de ambiência assume especial importância.

Ambiência, segundo o sociólogo Jean-Paul Thibaud (2012), articula diversos aspectos tangíveis e intangíveis dos campos sensorial, afetivo e material do ambiente construído, afetando a maneira como os indivíduos agem e se comportam no espaço, sendo um processo dinâmico. Conforme Duarte et al. (2008) a ambiência envolve o indivíduo e é capaz de despertar familiaridade e memórias, em um convite a participar da construção identitária e para o estabelecimento do lugar.

10

De antemão, é necessário diferenciar a noção de espaço e lugar para melhor apreensão das ambiências. Conforme o geógrafo Yi Fu Tuan, “o lugar é um mundo de significado organizado” (TUAN, 1983, p. 198). Espaço, para o estudioso, é algo abstrato, indiferenciado, e seu significado se transmuta no de lugar, a partir da experiência do tempo e das vivências, ao momento em que este passa a ser conhecido, apropriado, e atribuído valor. “A sensação de tempo afeta a sensação de lugar”. (TUAN, 1983, p. 206). “Lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais (...) Sentir um lugar é registrar pelos nossos músculos e ossos” (TUAN, 1983, p. 203).

Em suma, quando um espaço é dotado de significado e apropriado afetivamente, se transforma, e passa a ser compreendido como lugar. Os cheiros, os sons, a luz, o ar, o clima, tornam os ambientes sensíveis àqueles que deles usufruem, e têm sido percebidos como fundamentais nas transformações urbanas, e na identificação do lugar para as pessoas. Desta forma, compreende-se que a identidade de um lugar vai além de suas formas construídas e de seus espaços edificados.

Elementos físicos, sensíveis, sociais, culturais, morais, afetivos, de uso e temporalidade, entre outros, compõem a ambiência de um determinado lugar, o caracterizando e identificando em uma (re)construção cotidiana (ELALI, 2009; DUARTE et al., 2012). Assim, entende-se que o estudo das ambiências vai além dos aspectos materiais do ambiente construído, e interessa compreender seu caráter, assimilado segundo as experiências vividas pelos grupos socioculturais. Trata-se, portanto, de captar a dimensão social e estética relativa à qualidade da vida urbana (THIBAUD, 2012a).

Uma boa ambiência, como reflete Thibaud (2012b), pressupõe, inclusive, a gestão eficaz da coleta dos resíduos urbanos, a atenção permanente com a qualidade da via pública, através do cuidado constante com as áreas verdes, dentre outros.

Em outras palavras, manter o espaço ao longo do tempo consiste em colocá-lo em condições, em nutrir as potencialidades sustentáveis, em alimentar os recursos existentes, em reunir as condições favoráveis para as ações desejadas, sejam elas concernentes aos profissionais urbanos ou aos habitantes. É desta maneira, que se cria uma ambiência no longo prazo. (THIBAUD, 2012b, p. 35).

11

Assimila-se então que o estudo das ambiências é de grande valia para a etnoconservação urbana, visto que esta objetiva englobar mais além de questões estéticas relacionadas à autenticidade e integridade dos bens culturais, e apreender especialmente a significância dos bens. A significância cultural de um sítio patrimonial está diretamente relacionada à percepção de sua ambiência, pois ela refere-se não só à aparência do bem, como a todos os elementos que contribuem para informar por que ele é significativo, tal como seu contexto, sua história, seus usos e valores sociais e espirituais (Figura 3).

Áreas patrimoniais, segundo Jokilehto e Feilden (1993), devem ser consideradas não apenas em relação aos seus elementos construídos, como também pelos valores humanos registrados em seu contexto social e econômico. Sendo assim, captar a ambiência de um lugar, sob a ótica dos atores sociais, interpretá-la, cuidar de suas permanências e administrar suas mudanças



Figura 3: Calçadão de Copacabana
Foto: Alda Ferreira, 2021.

Áreas patrimoniais, segundo Jokilehto e Feilden (1993), devem ser consideradas não apenas em relação aos seus elementos construídos, como também pelos valores humanos registrados em seu contexto social e econômico. Sendo assim, captar a ambiência de um lugar, sob a ótica dos atores sociais, interpretá-la, cuidar de suas permanências e administrar suas mudanças, fazem parte de ações pertinentes ao que se relaciona como etnoconservação urbana.

Desta forma, os estudos das ambiências contribuem para perceber as relações com o meio, e vincular processos dinâmicos dos sentimentos, sentidos e significados simbólicos, bem como, movimentos, mudanças e múltiplas culturas que interagem. Na etnoconservação urbana apreender as ambiências se caracteriza como processo de assimilação de narrativas complexas, sobrepostas e entrelaçadas, que juntas, configuram o contexto do local, e as histórias que conectam o lugar e todos aqueles que nele habitam.

À guisa de conclusão

A narrativa sobre o bem cultural é construída de maneira participativa com a sociedade, pois são os grupos sociais que conferem sentido ao patrimônio cultural, a

partir de suas experiências, referências, práticas, vivências, percepções, fundadas no imaginário social, e que são dinâmicas, podendo se reconfigurar ao longo do tempo. Como reflete Ulpiano Bezerra de Meneses (2017), é de suma importância integrar o habitante e fazê-lo participar das políticas patrimoniais, de modo a se beneficiar de seu conhecimento na produção e operação de significados, valores e representações do patrimônio como experiência vivida. Torna-se imperativo, portanto, a construção de políticas públicas que apreendam e estimulem a participação cidadã, considerando suas interações entre si, e com os processos naturais, que distinguem o ecossistema urbano.

Mas, não se trata apenas de incorporar de forma consultiva a participação social ao plano de gestão da conservação. O estudo de natureza interdisciplinar diferencia-se por propor a integração baseada no viés etnográfico, que visa a compreensão da cultura de grupos de pessoas, a fim de entender os motivos de seus comportamentos e de suas ações, bem como os significados atribuídos às coisas. A pesquisa assim irá se beneficiar do olhar mais próximo à vivência do Lugar, onde almeja-se apreender como as pessoas são afetadas, e revelar, contextualmente, os vários elementos das interações coletivas com o bem cultural. A proposta, portanto, é caracterizada pela gestão da conservação fundada em valores, cuja originalidade é baseada na integração social e intersubjetiva apreendida através do estudo etnográfico, para a definição de diretrizes sustentáveis na acepção da política a ser adotada no sítio patrimonial carioca.

Alinha-se, portanto, aos princípios da Conservação Integrada, e se caracteriza como instrumento de gestão baseado na governança. Como expõe Friedmann (2007), a governança caracteriza-se por um processo fluido, consultivo e participativo, que enfatiza o diálogo e a negociação, em permanente processo de tomadas de decisões e de mediação dos interesses. Juntamente com a sustentabilidade e a coesão social, a governança é um dos três princípios que distinguem como se deve pensar as políticas públicas no século XXI.

Com o estudo das ambiências urbanas é possível apreender o potencial afetivo atribuído ao meio, caracterizado a partir da participação subjetiva e intersubjetiva. Para além de questões de autenticidade e integridade, a política de gestão de um sítio patrimonial demanda o reforço do vínculo das memórias, dos afetos, da empatia que nutre a relação entre os indivíduos e o bem patrimonial. São os valores atribuídos que dão sustentação à sua significância cultural. A significância responde de maneira mais apropriada ao patrimônio cultural, como hoje é compreendido a partir da apreensão dos valores atribuídos que lhe dá sustentação.

A paisagem cultural carioca extrapola seus limites territoriais e vai além dos seus espaços paisagísticos, seu mar, suas montanhas. Ela é viva, dinâmica, cantada, refletida, experienciada, vivida em sua plenitude com todas suas peculiaridades. Assim, mais do que uma vitrine publicitária de uma cidade espetáculo, sua nomeação como Patrimônio da Humanidade constitui novo desafio para o campo patrimonial. A etnoconservação urbana assim desponta uma corrente numa linha de pensamento, que se propõe a integrar nas políticas patrimoniais às relações subjetivas e intersubjetivas de atores sociais e culturais, em sua relação com o meio, compreendendo estas partes com inter-relacionadas e indissociáveis.

14

Referências

AVRAMI, E.; MASON, R.; DE LA TORRE, M. **Values and heritage conservation**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.

CLARK, Kate. "Values-based heritage management and the heritage lottery fund in the UK". In: **APT Bulletin: Journal of preservation technology**. 45:2-3, 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª edição - São Paulo: NUPAUB-USP: Hucitec: Annablume, 2000.

DUARTE, C.R.S., A empatia espacial e suas implicações nas ambiências urbanas. **Anais...** VII Seminário Projetar: originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo: ensino, pesquisa e prática. Natal: PPGAU/ UFRN, 2015.

DUARTE, C.R.; COHEN, R.; SANTANA, E.; BRASILEIRO, A.; PAULA, K.; UGLIONE, P. **Explorando as ambiências**: Dimensões e Possibilidades Metodológicas na Pesquisa em Arquitetura. Coloque International Faire une ambiance. In: *Anais...* Grenoble, 2008.

DUARTE, C. R.; PINHEIRO, E.; UGLIONE, P.; COHEN, R. Na Cidade Com O Outro: O Papel de Jane Jacobs para a Consolidação dos Padrões Sensíveis das Ambiências Urbanas. In: Urbi-centros 3 - III Seminário Internacional Urbicentros, 2012, Salvador. *Anais...* Salvador: Ed PPG-AU/FAUUFBA. v. 1. p. 77-78, 2012.

ELALI, G. V. M. A. Relações entre comportamento humano e ambiências: uma reflexão com base na Psicologia Ambiental. In: Colóquio Internacional Ambiências compartilhadas: cultura, corpo e linguagem. / Ambiences em partage: culture, corps et language, 2009, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Rio de Janeiro: ProArq - UFRJ, v. 1. p. 1-17, 2009.

FEILDEN, Bernard Melchior. **Conservation of Historic Buildings**. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2004.

FERREIRA, Alda de Azevedo. **Os saberes e as práticas paisagísticas na construção da paisagem cultural carioca**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

FRIEDMANN, J. A spatial framework for urban policy: new directions, new challenges. In: **OECD International Conference**: What policies for Globalizing Cities? Rethinking the Urban Policy Agenda, Madrid, 2007, p. 74-93.

ICOMOS. **The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance** (Carta de Burra). 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf> Acesso em: 20/06/2020.

JOKILEHTO, Jukka. Conceitos e ideias sobre conservação. ZANCHETTI, Silvio (Org.). **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. P. 11-18.

KERR, James Semple. **Conservation plan**: a guide to the preparation of conservation plans for places of European Cultural Significance. Australia ICOMOS, 2013.

MANSON, Randall. Fixing historic preservation: a constructive critique of significance. **Places, a forum of environmental design**. v.16, n.1, p. 64-71,

2004. Disponível em: <<https://placesjournal.org/assets/legacy/pdfs/fixing-historic-preservation.pdf>>. Acesso em: 7/11/2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. In: SCHLEE, Andrey. Patrimônio: desafios e perspectivas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 36, 2017, p. 39-51.

RIO WORLD HERITAGE MANAGEMENT COMMITTEE. **Site management plan: Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the mountain and the sea**. 2014.

THIBAUD, Jean-Paul. “A cidade através dos sentidos”. In: **Cadernos Proarq Rio de Janeiro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Nº 18. Julho, 2012.

_____. “O devir ambiente do mundo urbano”. In: **Revista Redobra**. Universidade Federal da Bahia. Nº 9. Ano 3. 2012, p. 30-36.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNESCO. **Inscrições na Lista do Patrimônio Mundial, Valor Universal Excepcional**. (Decisão: 36 COM 8B.42). 2012. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/decisions/4813>> Acesso em: 23/05/2018.

WIJESURIYA, G.; THOMPSON, J.; YOUNG, C. **Managing cultural world heritage**. e United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2013. Disponível em: < <https://www.iccrom.org/publication/managing-cultural-world-heritage> > Acesso em: 10/02/2021.

ZANCHETI, Silvio Mendes; HIDAKA, Lúcia Toné Ferreira; RIBEIRO, Cecília; AGUIAR, Bárbara. Judgement and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage. **City & time**, v.4, n.2:5, 2009. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf>>. Acesso em: 03/08/2019.

NOTAS

Este artigo é uma versão revisada e ampliada do trabalho apresentando no 3º Seminário de Planejamento urbano, Paisagem e Sustentabilidade (3º Seppas) em 4 de dezembro de 2021, sendo aceito para publicar nos Anais do evento em 2022.

Agradecimentos

A presente pesquisa foi iniciada em 2019, e está sendo desenvolvida no Pós-Doutorado em estágio no Laboratório de Arquitetura, Subjetividade e Cultura vinculado à Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LASC – PROARQ/UFRJ), sob supervisão da profa. Dra. Cristiane Rose S. Duarte.

Financiamento

Auxílio financeiro concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e Tecnológico, no âmbito do Pós-Doutorado (PDJ-CNPQ), Processo: 150190/2021-2.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade/Instituto/Escola. Programa de Pós-graduação Projeto e Cidade. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

17

RECEBIDO EM: 02/11/2021

APROVADO EM: 22/12/2021

PUBLICADO EM: 31/12/2021